

A UNIVERSIDADE E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: DILEMAS E DESAFIOS A ENFRENTAR

*Rosalba Pessoa de Souza Timoteo**

As reformas educacionais brasileiras, ocasionadas pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, tomaram como exigência o estabelecimento de alguns princípios voltados ao ensino superior, mais especificamente às reformas curriculares e à construção dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação das universidades brasileiras.

Dentre esses princípios, encontra-se o da autonomia universitária que possibilita a adoção de alternativas acadêmicas flexíveis, diferentes das praticadas até então, bem como a decisão político-institucional de optar por um projeto que venha a atender os anseios e as expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Lê-se, no documento do FORGRAD, que qualificar a autonomia, nesses termos, é “contrapor-se tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior, quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, para a qual a realidade social se segmenta segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais” (COUTINHO; MARINO, 2003, p. 106).

A universidade, enquanto espaço de produção e reprodução do conhecimento, assume a missão transecular de conservar, regenerar e gerar novos saberes, idéias e valores, a partir do reexame, atualização e transmissão dos mesmos, disso residindo a necessidade de manter a autonomia e exercer a sua missão, sem que se submeta à ameaça de adaptação à sociedade ou querer

* Professora do Departamento de Enfermagem da UFRN; Doutora em Educação; Membro da Base de Pesquisa Educação em Enfermagem.

que a sociedade se adapte a ela. Nesse sentido, deve estar atenta tanto à adoção de posturas rígidas e inflexíveis, que desconhecendo a cultura da sociedade passa a impor a sua cultura como a legitimamente verdadeira, quanto à posição antagônica, que a transforma apenas em um dispositivo institucional para o ensino das profissões e transmissão/aperfeiçoamento dos conhecimentos, dada a incorporação que assume das demandas e requerências do mundo técnico-científico e da sociedade em geral.

Edgar Morin, em seu livro *Complexidade e transdisciplinaridade* (1999, p. 11), adverte para a “forte pressão sobreadaptativa que pretende conformar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas e administrativas do momento, aos últimos métodos, às últimas receitas do mercado”, a qual ocasiona a separação/fragmentação do conhecimento e do próprio homem, relegando, a segundo plano, a cultura humanista e o ensino geral. Para ele, essa sobreadaptação nunca representou sinal de vitalidade da universidade, ao contrário, simboliza o anúncio de “senilidade e morte”, pela perda da sua capacidade de inventar e criar o novo.

Corroborando com esse pensamento, Almeida (2002) afirma que a universidade tem sido concebida como produtora de conhecimento e formadora de especialistas, e que talvez tenha chegado o momento de se refletir sobre esta concepção, pois são reflexões deste tipo que farão a diferença no projeto de universidade.

Ainda a esse respeito, Boaventura de Sousa Santos, analisando sobre a missão da universidade e suas principais finalidades – a investigação, o ensino e a prestação de serviço –, alerta para o caráter contraditório que existe entre elas, considerando que as mesmas, explodindo numa multiplicidade de outras funções, requerem condições que se colidem ou se contrapõem, dificultando as suas realizações e gerando crises internas à academia. Nesse sentido afirma Santos (1997, p. 189):

A função de investigação colide freqüentemente com a função de ensino, uma vez que a criação do conhecimento implica a mobilização de recursos financeiros,

humanos e institucionais dificilmente transferíveis para as tarefas de transmissão e utilização do conhecimento [...] No domínio do ensino, os objetivos da educação geral e da preparação cultural colidem, no interior da mesma instituição, com os da formação profissional ou da educação especializada, uma contradição detectável na formulação dos planos de estudos da graduação e na tensão entre esta e a pós-graduação. O acionamento de mecanismos de seleção socialmente legitimados tende a colidir com a mobilidade social dos filhos e filhas de famílias operárias tal como a formação de dirigentes nacionais pode colidir com a ênfase na prestação de serviços à comunidade local. Qualquer destas contradições e quaisquer outras facilmente imagináveis criam pontos de tensão, tanto no relacionamento das universidades com o Estado e a sociedade, como no interior das próprias universidades enquanto instituições e organizações.

Assim, a investigação e a pesquisa, na maior parte das vezes desarticuladas do ensino, visam a atender, prevalentemente, as normas e prioridades estabelecidas pelos órgãos de fomento ou agências financiadoras estatais ou não, vinculando a produção do conhecimento aos interesses da ordem vigente. De outra forma, devido a essas mesmas normas e padrões de avaliação, orientados pela lógica da produtividade e do custo-benefício, a investigação na universidade sofre a emblemática distinção entre a validação da investigação básica e a validação da investigação aplicada, bem como a classificação das universidades em centros de investigação em graus diferenciados, para a destinação de recursos financeiros também diferenciados. Isso implica menor oportunidade aos estudantes que pleiteiam experiências nas atividades de iniciação científica, decorrentes do menor número de bolsas e de recursos destinados aos estudos e pesquisas, assim como às bases e núcleos que lhes dão sustentação.

Por sua vez, o ensino centrado em conhecimentos enciclopédicos e científicos privilegia a disciplinaridade, o pragmatismo, a

fragmentação e a superespecialização do saber, que sobrepuja à capacidade autônoma, reflexiva e criativa do estudante, tornando-o mero receptor da ação transmissora do professor. Essa relação autoritária, longe de representar uma condição propícia ao aprendizado, reproduz a dominação e reprime a competência do estudante de construir o próprio conhecimento em bases interdisciplinares, problematizadoras e resolutivas, que o capacite a fazer a leitura da vida e do mundo e a promover mudanças em sua cotidianidade.

E, mesmo quando a universidade faz opção por programas ou atividades de extensão, muitas vezes, estas são reduzidas a ações assistencialistas, prestação de serviços ou ligações com o setor produtivo, gerando muito mais uma relação de concessão do que de troca e parceria. Essas se transformaram em ações de aplicação técnica, antes de serem aplicações edificadoras do saber científico, pois se configuraram como prestação de serviço a outrem, a despeito da prestação que traria ao ensino e à própria universidade.

Dessa forma, a despeito do aparente mobilismo demonstrado na realização das diversas atividades – ensino, pesquisa e extensão – desenvolvidas na universidade, esta, a rigor, capitula de sua autonomia para tornar-se subserviente, passiva e dependente dos interesses individuais e coletivos originados no interior da própria universidade, ou advindos de grupos sociais que detêm o poder político sobre os recursos financeiros.

Essa discussão torna-se de extrema importância para o presente texto, principalmente quando se tenta estabelecer um debate acerca dos temas indispensáveis à renovação/atualização da vida acadêmica, por entender que ele poderá ser objeto de novas reflexões sobre a missão da universidade que reconheça a produção do conhecimento, a transmissão da cultura e a formação profissional, movidas não só pelo desejo de atender ao mundo acadêmico-científico, mas orientadas pela (re)ligação e pela lógica das relações indissociáveis entre a academia e o mundo social-real. Dessa forma, e somente a partir desta perspectiva, se admite refletir sobre a flexibilização curricular, como estratégia que possibilita a (re)organização e a relação dialógica entre os diversos saberes.

A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: CAMINHO PARA REPENSAR A UNIVERSIDADE

Nos últimos anos, a universidade vem sofrendo contínuas críticas, ora derivadas da sua pouca atuação na resolução dos problemas da sociedade e na mobilização dos seus conhecimentos em favor de classes menos favorecidas, ora pelo distanciamento, isolamento ou omissão de suas responsabilidades sociais, traduzidos, via de regra, pela opção em favor dos interesses das classes dominantes ou de uma prática excludente e elitista.

A proposta, que hoje se requer da formação universitária, corresponde à de um ensino de graduação voltado para a construção do conhecimento radicalmente direcionado pela crítica e pela criatividade, o qual não pode orientar-se apenas por uma estrutura curricular fixa, disciplinar, seqüenciada e conteudista, que freia as possibilidades da ação, reflexão e interação do estudante, mas de um ensino que prevê a permanente intermediação com a realidade, a contínua e profunda articulação da teoria com a prática e a oportunização e valorização de experiências e vivências sociocultural e científica dos discentes, em situações reais, de forma a prepará-los dentro de múltiplas competências¹ que os capacitem a reconhecer, interpretar e resolver os problemas específicos de sua área de atuação, mas também as situações gerais inerentes ao contexto global/local.

Tal pressuposto corresponde ao que vem sendo proposto pelo FORGRAD (COUTINHO; MARINO, 2003, p. 106), em sua orientação à construção dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, os quais deverão contemplar: “a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino,

¹ As competências aqui referidas reportam-se às discussões efetivadas por NÚÑEZ; RAMALHO (2002).

pesquisa e extensão”, como dimensões articuladas entre si e reunidas em um projeto pedagógico, que traduz as concepções e múltiplas dimensões de cada curso a partir do projeto institucional global.

Essa atitude apóia-se na perspectiva de projetar a universidade em outras bases paradigmáticas que se posicione frente às soluções dos problemas de forma crítica, que religue o pensamento simplificador ao complexo e articule o conhecimento compartimentalizado ao contexto, às múltiplas dimensões e à interdisciplinaridade.

Consiste, inclusive, questionar-se sobre a própria vitalidade e potencialidade que alguns mecanismos possam exercer no movimento reformador da universidade, como é o caso da autonomia e da flexibilização curricular. É interrogar-se sobre que força é capaz de mobilizar a ação transformadora nas mentes, nas intenções e nos gestos dos que fazem a academia, quando estes alicerçam os seus trabalhos em bases inflexíveis, rígidas e cristalizadas? Como assegurar a realização do movimento de flexibilização de modo a impulsionar a adoção de uma nova cultura universitária que valorize novas práticas e novos saberes no interior dos cursos?

Pois, antes de constituir-se em dispositivo legal que normatiza ou possibilita o aproveitamento do esforço do estudante, em atividades eletivas, implica também um processo educativo, cujas ações de ensino, pesquisa e extensão promovam a perspectiva da renovação no interior da instituição, mediante a cultura da avaliação permanente e da crítica à própria instituição e à sociedade. E que possa, ao mesmo tempo, acompanhar as constantes transformações da realidade e assegurar a construção de alternativas e novos atores comprometidos com a missão institucional, mas também com a realidade mundial, nacional e local.

Nesse quadro de rupturas, a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, é decorrente do exercício concreto da autonomia universitária, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico, da re-organização da gestão

pedagógica e administrativa, da re-orientação da produção do conhecimento, da melhoria das condições de trabalho e infraestrutura destinada aos seus professores, funcionários e estudantes (COUTINHO; MARINO, 2003).

Torna-se, portanto, indispensável à construção curricular a partir de uma nova filosofia institucional, que atenda não só às demandas da sociedade tecnológica moderna, mas também àquelas que estimulam o exercício da dimensão criativa e emancipadora da existência humana, o que se concretiza a partir da compreensão e da ligação entre os princípios filosóficos e os operacionais, que nortearão a elaboração e a implementação dos projetos político-pedagógicos da universidade e dos seus respectivos cursos.

Nesse sentido, o grande desafio a ser enfrentado é compreender a “flexibilização curricular”, o que consiste no estabelecimento de amplo debate acerca do tema, considerando as suas implicações dentro e fora da academia. Sendo uma iniciativa institucional, esta deverá agregar as atividades constituintes da universidade, e contar com a participação de diversos atores sociais, conformando uma prática de criação coletiva, na qual todos exercitem a sua capacidade de negociação, articulação e solidariedade. Tal debate deverá prever desdobramentos no âmbito de cada curso, cuja adesão de professores, alunos, funcionários e representações de segmentos sociais o consolidará não só enquanto espaço privilegiado de elaboração, avaliação e reorientação de projetos pedagógicos específicos, mas também de discussão acerca das políticas e diretrizes voltadas à formação profissional.

Tal perspectiva supera a condição de “currículo como artefato”² meramente técnico e burocrático, para reconhecê-lo como produto moldado pelos condicionantes políticos, históricos e sociais vinculados às formas de organização e relações de poder existentes

² O termo toma como referência as discussões desenvolvidas na coleção pedagógica, n. 2 da EDUFRN, organizada por ALMEIDA, 2000.

na sociedade. E, por ser resultante da construção coletiva, revela contradições e conflitos decorrentes das concepções e interesses diversos que movem a subjetividade humana. Daí por que deve ser compreendido como um processo político e pedagógico, pois indica, a um só tempo, a intenção explícita de qual projeto educacional se quer para a formação universitária e a opção consciente de que os seus elementos não são neutros, e que, enquanto tal, exige dos atores envolvidos o entendimento e a decisão de enxergá-lo dessa forma.

É preciso, portanto, que os atores, quer institucionais, quer coletivos ou individuais, se despojem das estruturas preconcebidas, das relações de poder e das disputas ideológicas, para promoverem uma cultura coletiva interpretativa da realidade na construção de uma nova postura mais humilde, mais eqüitativa e mais humana.

No interior da universidade isso só será possível pelo exercício cotidiano do diálogo entre gestores, professores, funcionários e alunos, superando as barreiras hierárquicas administrativas e científicas, as relações de dominação e poder no fazer pedagógico, a omissão ou cinismo do burocratismo e o ceticismo/maniqueísmo juvenil, o que leva à reavaliação do papel e da identidade institucional de cada um desses atores na construção de um novo conhecimento.

Nessa perspectiva, a flexibilização acadêmica reveste-se de valor estratégico que pode estar direcionado a pelo menos dois momentos da ação: um voltado à gestão acadêmica e outro ao projeto pedagógico do curso, o que implica, para o primeiro, a adoção de um conjunto de mecanismos de gestão, capazes de romper a prática dissociativa existente, na construção de novas relações institucionais, na qual se destacam:

- A revisão da legislação acadêmica vigente, com vistas a garantir a flexibilização institucional, bem como a atualização da mesma considerando os novos paradigmas norteadores da ação acadêmica;

- A avaliação da estrutura organizacional da universidade, visando a sanear algumas instâncias centralizadoras de recursos e poder, e oportunizar a autonomia e democratização das relações administrativas e pedagógicas na instituição;
- A valorização e o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais;
- A busca de estratégias de articulação e interação entre as atividades fins da universidade, fortalecendo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- O resgate do papel do colegiado do curso, enquanto fórum legítimo de discussão e instância de deliberação e implementação da flexibilização curricular e do Projeto Político-Pedagógico do curso;
- A garantia das condições e recursos necessários para que os cursos possam desenvolver uma formação social e profissional diversificada, em todos os turnos de funcionamento;
- A adoção da política de “tutoria acadêmica” destinada a todos os colaboradores do ensino superior, pertencentes ou não aos quadros funcionais da universidade, como estratégia de interação educação-trabalho.

Quanto à flexibilização curricular, esta exige, antes de tudo, a compreensão do currículo como o conjunto de princípios e diretrizes intencionalmente traçados, os quais levam em consideração as conjunturas gerais e locais, as relações sociais existentes, as possibilidades e estratégias que asseguram ao

processo de formação a sua finalidade esperada. Dessa forma, flexibilizar o currículo ou o Projeto Político-Pedagógico pressupõe:

- Permanente avaliação e atualização do Projeto Político-Pedagógico a partir de referências e conceitos que lhe dão sustentabilidade, bem como respeitando as diretrizes nacionais que fortalecem a adoção de um novo paradigma educacional;
- Respeito à diversidade de conhecimentos e experiências, embora se explicitem as opções epistemológica, metodológica ou ideológica do Projeto Político-Pedagógico, o qual orientará a escolha das atividades realizadas dentro e fora da instituição de ensino;
- Superação do pensamento cindido entre ciência, arte, humanidades e conhecimento, pela revalorização dos saberes não científicos e rejeição do caráter excludente do cientificismo;
- Concepção de aprendizagem para além dos espaços e tempos formais, considerando as idiosincrasias, interesses específicos e capacidades intelectuais e sociais do estudante, o que lhe oportuniza direcionar o seu processo formativo, dentro das possibilidades e ritmo que seja possível;
- Reconhecimento de que o aprendizado não ocorre de forma linear e nem está centrado exclusivamente na capacidade cognitiva do professor, mas constitui um processo de colaboração, interação e aquisição/produção/troca de conhecimento entre os envolvidos no processo;
- Implementação de uma política de qualificação permanente dos professores e funcionários técnico-administrativos, com vistas ao cumprimento da missão institucional e da viabilização dos propósitos do Projeto Político-Pedagógico do curso;

- Adoção de um comportamento investigativo e crítico por parte de professores e estudantes que estimule a atitude reflexiva, questionadora, problematizadora e analítica do conhecimento e do próprio mundo;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos anteriormente, a flexibilização não sofreria a ameaça reducionista de ser entendida apenas como uma modificação de uma ou outra ação isolada; ou da adoção do aproveitamento de atividades, hoje consideradas “extracurriculares”; ou ainda na alteração dos dispositivos legais/operacionais que as referenda. Certamente, esses elementos são importantes, mas não constituem tudo.

A flexibilização curricular, muita mais do que isso, deve apontar para o processo de ruptura e superação da lógica tradicionalmente residente nas instituições de ensino superior, tornando-se, assim, o eixo impulsionador de um outro cenário institucional, traduzido pela associação da qualificação acadêmica com o compromisso ético-profissional, e de novas posturas dos atores que a compõem – professores, funcionários, gestores e estudantes. Uma nova realidade que acena para a qualidade institucional orientada pelo projeto de construção da cidadania, da valorização social e da reconstrução do ideário de universidade que todos esperam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Reforma do pensamento e extensão universitária. In: LIBERALINO, Francisca Nazaré (Org.). *XXVI Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras – regional Nordeste: Reforma do pensamento, extensão universitária e cidadania*. Natal: EDUFRN, 2002. p. 13-36.

ALMEIDA, Maria Doninha de (Org.). *Currículo como artefato social*. Natal: EDUFRN, 2000. (Coleção pedagógica, n. 02).

COUTINHO, Roberto Quental; MARINO, Jacira Guiro (Orgs.). *Fórum de pró-reitores de graduação das universidades brasileiras: Resgatando espaços e construindo idéias: de 1997 a 2003*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2003.

MORIN, Edgar. *Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: EDUFRN, 1999.

NÚÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. In: OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio de (Org.). *O sentido das competências no Projeto Político-Pedagógico*. Natal: EDUFRN, 2002. p. 12-32. (Coleção pedagógica, n. 03).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.